

A situação melhorará? Há muitas dúvidas.

Uma coisa havia mudado no meio empresarial, ontem: as lideranças que apostaram nos 5 anos com presidencialismo estavam mais "otimistas" com o futuro da economia nacional. Especialmente por um motivo: porque acham que está dada a chance ao presidente Sarney de recuperar a credibilidade popular, de definir regras claras para a economia, cortando o déficit e redirecionando investimentos para setores prioritários, na linha do discurso de Mario Amato.

Mas outras duas coisas não haviam mudado: primeiro, a "impressão" (aliás de consenso dentro da reunião do Fórum Informal — uma espécie de central sindical patronal — que decidiu apoiar os 5 anos com presidencialismo, na segunda-feira passada) de que José Sarney é "fraco". Essa avaliação foi feita, ontem, por dois importantsíssimos industriais que freqüentam o 14º andar da Fiesp, onde está a presidência. Os dois são presidencialistas.

A segunda coisa: é a "impressão" de que a definição política não vai gerar, pelo menos a curto prazo, um estímulo para a retomada dos investimentos nacionais e estrangeiros na nossa economia. Isso porque alguns empresários acham que o presidente não tem respaldo popular para adotar medidas "amargas", necessárias para pôr a economia nos eixos. Outra razão foi bem exemplificada por um dos integrantes do Fórum Informal: os compromissos assumidos pelo presidente para "empurrar" a tese do presidencialismo e dos 5 anos, dificilmente permitirão um jogo de cintura capaz de eliminar investimentos desnecessários, como a Norte-Sul.

O presidente do Sindicato da Indústria de Extração em Pedreiras e diretor da Fiesp, Dante Ludovico Mariutti, por exemplo, pondera que a volta dos investimentos ainda está condicionada ao término dos

trabalhos da Constituinte (faltam as Leis Complementares) e a solução para a dívida externa. Além disso, Mariutti não esquece que permanecem vários outros focos de instabilidade política, que fazem os empresários limitar seus investimentos à manutenção de equipamento, só para citar um exemplo.

Essa opinião é reafirmada por Bruno Nardini, vice-presidente da Associação e Sindicato da Indústria de Máquinas, diretor da Fiesp e integrante do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais). Para ele, o simples fato de o presidente do BNDES, Marcio Fortes, ter dito anteontem (portanto, já definido o sistema de governo) que haverá redução sensível nas aplicações do banco (de US\$ 6 para US\$ 5 bilhões), atingindo, inclusive, pontos nevrálgicos para o crescimento econômico, como energia, levanta sérias preocupações quanto ao futuro da economia.

Segundo Nardini, a questão dos investimentos, do crescimento e da modernização do parque industrial passa, necessariamente, por uma alteração dos rumos da atual política econômica. Sem falar, como observou Mariutti, por uma definição do plano externo, déficit público, salários e base monetária. Em outras palavras, Bruno Nardini não acredita em desenvolvimento, crescimento, geração de empregos, ainda que o presidente tenha apoio político, a persistir a mesma orientação na política econômica.

Ele não descartou, inclusive, o fato de a economia nacional estar hoje em quase 70% nas mãos do Estado ser barreira para atingir-se esses objetivos. "E essa situação não se reverte do dia para a noite", salientou Nardini. Lembrou que em setores como o de bens de capital seriado (máquinas e equipamentos), os investimentos se concentraram no avanço tecnológico e racio-

nalização do processo produtivo, sem que isso represente, obrigatoriamente, a criação de mais empregos. O próprio setor exportador, acrescentou, ainda é competitivo porque teve garantida uma produção de escala voltada para o mercado interno, formando de manter a competitividade.

Mas Bruno Nardini pondera que as dificuldades do governo em eliminar as defasagens já existentes com o dólar para exportação, sem agravar o déficit, aliadas a uma possível retração no mercado interno (por causa da queda do consumo) poderão descapitalizar e paralisar o sistema produtivo brasileiro. Na verdade, Nardini remete para as palavras de Mário Amato, presidente da Fiesp, que tem insistente alertado para o processo recessivo que se avoluma e, em nenhum, afirmado que o presidencialismo, por si só, estabeleceria condições necessárias para o retorno aos investimentos.

Na verdade, interpretando corretamente o pensamento do empresariado, entre os quais existem presidencialistas e parlamentaristas, Amato deixa bem claro que o desenvolvimento, os investimentos, a geração de lucros e empregos, estaria condicionada a uma atitude firme do governo, com apoio da classe política, no sentido de governar efetivamente, cortando seu déficit, reduzindo o intervencionismo estatal, criando clima para o investidor estrangeiro aportar no Brasil, unindo os vários segmentos sociais num grande entendimento nacional. A diferença, entre Amato e os demais, é que ele — e os integrantes do Fórum Informal, com exceção de Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores — apostaram que isso pode ser já, ao apoiar abertamente as teses políticas de Sarney.

(Sergio Leopoldo Rodrigues)